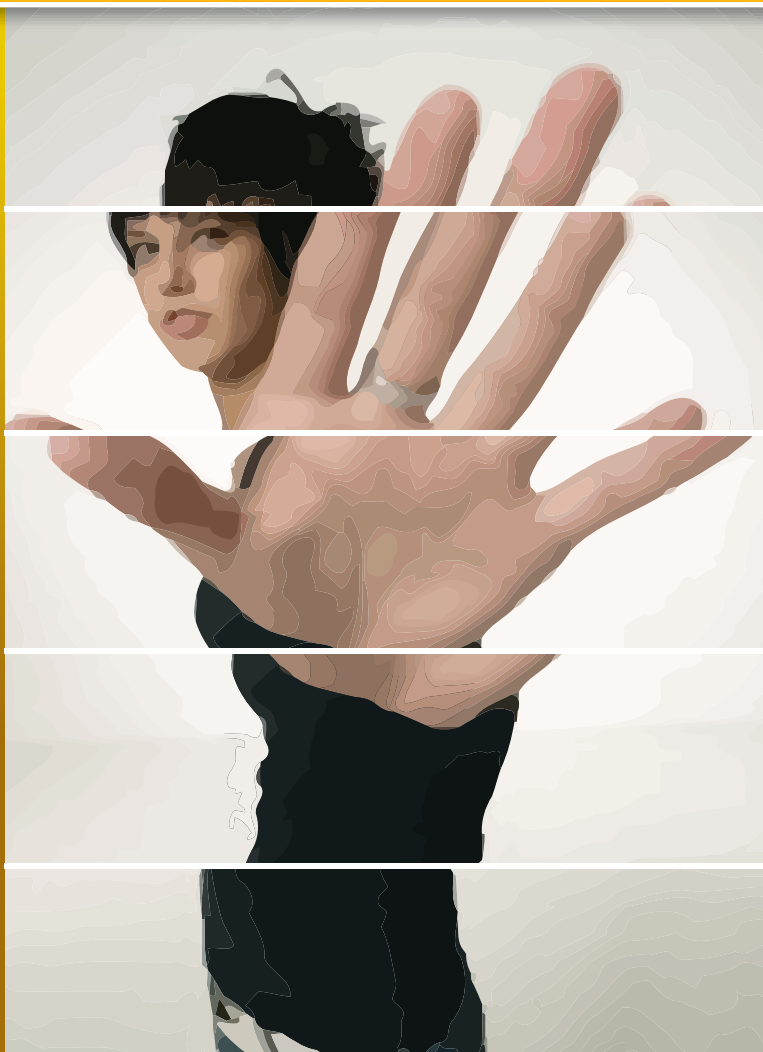


Política Nacional de Enfrentamento ao **Tráfico de Pessoas**

NATIONAL POLICY TO COUNTER TRAFFICKING IN PERSONS

POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMIENTO A LA TRATA DE PERSONAS




NAÇÕES UNIDAS
Escritório contra Drogas e Crime

Secretaria Nacional
de Justiça

Ministério
da Justiça





Política Nacional de Enfrentamento ao **Tráfico de Pessoas**

NATIONAL POLICY TO COUNTER TRAFFICKING IN PERSONS

POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMIENTO A LA TRATA DE PERSONAS



Secretaria Nacional
de Justiça

Ministério
da Justiça





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro de Estado da Justiça

Tarso Genro

Secretário Nacional de Justiça

Romeu Tuma Júnior

Coordenação

Bárbara Pincowsca Cardoso Campos

Consultores Técnicos

Hozani Pereira de Siqueira

Sergio Abijaode Amaral Marinho

Marcos Wollakay Christo De Carvalho

Clênio Valdir de Oliveira Castro

Tradução

Sheila Maria Batista Alves (espanhol)

Ricardo de Oliveira Nemetala (inglês)

Revisão

Cidália Sant'Ana

Projeto Gráfico e Capa

Döble Produções

Tiragem: 2.000 exemplares

B823 Brasil.

[Decreto n. 5948, de 26 de outubro de 2006].

Política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas = National policy to counter trafficking in persons = Política nacional de enfrentamiento a la trata de personas. – Brasília : Secretaria Nacional de Justiça, 2008.

50 p. ; 21 cm.

1. Tráfico de pessoas, combate. 2. Direitos humanos. 3. Políticas públicas. I.Título.

CDD: 341.55525

Ficha elaborada pela Biblioteca do Ministério da Justiça

É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

• APRESENTAÇÃO •

A POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, aprovada pelo Decreto n. 5.948, de 26 de outubro de 2006, chegou para mudar o patamar das discussões sobre o tema no Brasil. Tornou-se um marco normativo importante, não só em razão dos princípios e diretrizes que consagra, mas também em razão de seu rico processo de construção.

Com a participação de diversos ministérios, Ministério Público e representantes da sociedade civil, a Política Nacional representou um esforço democrático de enfrentar o problema, coordenar as ações existentes e definir em conjunto soluções necessárias e possíveis. Por se tratar de assunto interdisciplinar e intersetorial, as mais diversas áreas como saúde, justiça, educação, trabalho, assistência social, turismo, entre outros, foram acionadas para fazer parte do processo de elaboração desse documento.

O tráfico de pessoas constitui um desafio de coordenação e articulação não apenas para o Brasil, mas para todos os países do mundo. Por isso, queremos compartilhar o acúmulo de nossas reflexões e consensos sobre um tema tão complexo com nações vizinhas e com outras distantes de nosso território. Daí a idéia de publicar esse instrumento normativo em três idiomas: Português, Espanhol e Inglês.

1. A ELABORAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS

Outubro de 2005: coordenado pelo Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Justiça, pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, ambas da Presidência da República, formou-se um grupo de trabalho no âmbito do Poder Executivo Federal para elaborar uma proposta inicial de Política Nacional. Para tanto, o ponto de partida foi preparar um relatório governamental das ações e dos programas relativos ao combate ao tráfico de pessoas em curso.

Com base nesse relatório e nos instrumentos internacionais e nacionais referentes ao tema, deu-se início a um debate interno, com a participação de diversos Ministérios, além do Ministério Público Federal (MPF) e do Ministério Público do Trabalho (MPT), com o objetivo de definir as linhas mestras da intervenção do Estado brasileiro nessa área.

Em seguida, essa proposta inicial foi colocada em consulta pública, para garantir a participação da sociedade civil organizada e colher mais contribuições, dando, assim, legitimidade à Política ora em construção. Em julho de 2006, a proposta ficou, então, disponível na internet para comentários e sugestões, o que gerou muitos debates, seminários e audiências públicas em vários pontos do Brasil. Foram recebidas colaborações de várias organizações não-governamentais (ONGs), órgãos dos governos estaduais e municipais, bem como estudantes, profissionais e especialistas que atuam direta ou indiretamente com o tema.

Esse processo de participação culminou na realização do Seminário Nacional “A Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas”, em Brasília, em junho de 2006, ocasião em que se discutiram e se incorporaram ao texto as sugestões colhidas na consulta pública.

Assim, como fruto de toda essa construção, aprovou-se a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, mediante o Decreto nº 5.948, de 26 de outubro de 2006.

2. O QUE É A POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS?

A Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas estabelece um conjunto de diretrizes, princípios e ações norteadoras da atuação do Poder Público na área de enfrentamento ao tráfico de pessoas. O documento está estruturado em três grandes eixos estratégicos, a saber: 1) prevenção; 2) repressão ao tráfico e responsabilização de seus autores; e 3) atenção à vítima.

A primeira parte, Capítulo I – Disposições Gerais, traz o conceito de tráfico de pessoas, tal como estabelecido no “Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição ao Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças”. A principal diferença em relação ao Protocolo é que se considera irrelevante o consentimento da vítima em toda e qualquer situação na qual estiver configurado o delito (art. 2º, § 7º). Ainda nesse capítulo, a Política traz a definição de tráfico interno (art. 2º, § 5º) e tráfico internacional (art. 2º, § 6º), demonstrando a preocupação em enfrentar as duas vertentes do problema no Brasil.



Os princípios e as diretrizes constam, por sua vez, no Capítulo II – Princípios e Diretrizes. Nesse tópico, são arrolados os princípios de direitos humanos norteadores da Política Nacional e aplicáveis e comuns a todas as suas diretrizes e ações. A última seção do capítulo, Seção III – Diretrizes Específicas, traz, por sua vez, diretrizes referentes a cada um dos três eixos estratégicos da Política: o art. 5º dispõe sobre diretrizes de prevenção ao tráfico de pessoas; o art. 6º, sobre repressão ao tráfico e responsabilização de seus autores e; por fim, o art. 7º versa sobre as diretrizes específicas de atenção às vítimas.

A parte final do documento, Capítulo III – Ações, aponta um conjunto não exaustivo de ações, distribuídas por áreas específicas de atuação: Justiça e Segurança Pública, Relações Exteriores, Educação, Saúde, Assistência Social, Promoção da Igualdade Racial, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Agrário, Direitos Humanos (em especial a proteção de crianças e adolescentes), Proteção e Promoção dos Direitos da Mulher, Turismo e Cultura. Essas ações estão agrupadas, na medida do possível, de acordo com as competências de cada ministério e contemplam os três eixos estratégicos da Política.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a aprovação da Política Nacional, o assunto foi realmente incorporado à agenda pública do Estado brasileiro, envolvendo não só a área de justiça e segurança pública, mas também as diversas áreas e instituições que são afetadas a esse tema nas suas vertentes de prevenção e de atenção às vítimas.

A efetividade da Política Nacional dependerá da maneira como cada cidadão, em especial aqueles com competência para atuar nesse tema, seja no governo federal, no Poder Legislativo e Judiciário, no Ministério Público, seja no Estado, no Município, na sociedade civil, ou em organismos internacionais, se apropriarem desse documento como mais um instrumento permanente de promoção de direitos humanos e cidadania para todos, não apenas para alguns.

POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1o A Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas tem por finalidade estabelecer princípios, diretrizes e ações de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas e de atenção às vítimas, conforme as normas e instrumentos nacionais e internacionais de direitos humanos e a legislação pátria.

Art. 2o Para os efeitos desta Política, adota-se a expressão “tráfico de pessoas” conforme o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças, que a define como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos.

§ 1º O termo “crianças” descrito no caput deve ser entendido como “criança e adolescente”, de acordo com a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 2º O termo “rapto” descrito no caput deste artigo deve ser entendido como a conduta definida no art. 148 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal Brasileiro, referente ao seqüestro e cárcere privado.

§ 3º A expressão “escravatura ou práticas similares à escravatura” deve ser entendida como:

I - a conduta definida no art. 149 do Decreto-Lei no 2.848, de 1940, referente à redução à condição análoga a de escravo; e

II - a prática definida no art. 1º da Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura, como sendo o casamento servil.

§ 4º A intermediação, promoção ou facilitação do recrutamento, do transporte, da transferência, do alojamento ou do acolhimento de pessoas para fins de exploração também configura tráfico de pessoas.

§ 5º O tráfico interno de pessoas é aquele realizado dentro de um mesmo Estado-membro da Federação, ou de um Estado-membro para outro, dentro do território nacional.

§ 6º O tráfico internacional de pessoas é aquele realizado entre Estados distintos.

§ 7º O consentimento dado pela vítima é irrelevante para a configuração do tráfico de pessoas.

CAPÍTULO II PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Seção I Princípios

Art. 3º São princípios norteadores da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas:

I - respeito à dignidade da pessoa humana;

II - não-discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, procedência, nacionalidade, atuação profissional, raça, religião, faixa etária, situação migratória ou outro status;

III - proteção e assistência integral às vítimas diretas e indiretas, independentemente de nacionalidade e de colaboração em processos judiciais;

IV - promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos;

V - respeito a tratados e convenções internacionais de direitos humanos;

VI - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; e

VII - transversalidade das dimensões de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, procedência, raça e faixa etária nas políticas públicas.

Parágrafo único. A Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas observará os princípios da proteção integral da criança e do adolescente.

Seção II

Diretrizes Gerais

Art. 4º São diretrizes gerais da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas:

I - fortalecimento do pacto federativo, por meio da atuação conjunta e articulada de todas as esferas de governo na prevenção e repressão ao tráfico de pessoas, bem como no atendimento e reinserção social das vítimas;

II - fomento à cooperação internacional bilateral ou multilateral;

III - articulação com organizações não-governamentais, nacionais e internacionais;

IV - estruturação de rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas, envolvendo todas as esferas de governo e organizações da sociedade civil;

V - fortalecimento da atuação nas regiões de fronteira, em portos, aeroportos, rodovias, estações rodoviárias e ferroviárias, e demais áreas de incidência;

VII - verificação da condição de vítima e respectiva proteção e atendimento, no exterior e em território nacional, bem como sua reinserção social;

VIII - incentivo e realização de pesquisas, considerando as diversidades regionais, organização e compartilhamento de dados;

IX - incentivo à formação e à capacitação de profissionais para a prevenção e repressão ao tráfico de pessoas, bem como para a verificação da condição de vítima e para o atendimento e reinserção social das vítimas;

X - harmonização das legislações e procedimentos administrativos nas esferas federal, estadual e municipal relativas ao tema;

XI - incentivo à participação da sociedade civil em instâncias de controle social das políticas públicas na área de enfrentamento ao tráfico de pessoas;

XII - incentivo à participação dos órgãos de classe e conselhos profis-



sionais na discussão sobre tráfico de pessoas; e

XIII - garantia de acesso amplo e adequado a informações em diferentes mídias e estabelecimento de canais de diálogo, entre o Estado, sociedade e meios de comunicação, referentes ao enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Seção III

Diretrizes Específicas

Art. 5º São diretrizes específicas de prevenção ao tráfico de pessoas:

I - implementação de medidas preventivas nas políticas públicas, de maneira integrada e intersetorial, nas áreas de saúde, educação, trabalho, segurança, justiça, turismo, assistência social, desenvolvimento rural, esportes, comunicação, cultura, direitos humanos, dentre outras;

II - apoio e realização de campanhas socioeducativas e de conscientização nos âmbitos internacional, nacional, regional e local, considerando as diferentes realidades e linguagens;

III - monitoramento e avaliação de campanhas com a participação da sociedade civil;

IV - apoio à mobilização social e fortalecimento da sociedade civil; e

V - fortalecimento dos projetos já existentes e fomento à criação de novos projetos de prevenção ao tráfico de pessoas.

Art. 6º São diretrizes específicas de repressão ao tráfico de pessoas e de responsabilização de seus autores:

I - cooperação entre órgãos policiais nacionais e internacionais;

II - cooperação jurídica internacional;

III - sigilo dos procedimentos judiciais e administrativos, nos termos da lei; e

IV - integração com políticas e ações de repressão e responsabilização dos autores de crimes correlatos.

Art. 7º São diretrizes específicas de atenção às vítimas do tráfico de pessoas:

I - proteção e assistência jurídica, social e de saúde às vítimas diretas e indiretas de tráfico de pessoas;

II - assistência consular às vítimas diretas e indiretas de tráfico de pessoas, independentemente de sua situação migratória e ocupação;

III - acolhimento e abrigo provisório das vítimas de tráfico de pessoas;

IV - reinserção social com a garantia de acesso à educação, cultura, formação profissional e ao trabalho às vítimas de tráfico de pessoas;

V - reinserção familiar e comunitária de crianças e adolescentes vítimas de tráfico de pessoas;

VI - atenção às necessidades específicas das vítimas, com especial atenção a questões de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, procedência, nacionalidade, raça, religião, faixa etária, situação migratória, atuação profissional ou outro status;

VII - proteção da intimidade e da identidade das vítimas de tráfico de pessoas; e

VIII - levantamento, mapeamento, atualização e divulgação de informações sobre instituições governamentais e não-governamentais situadas no Brasil e no exterior que prestam assistência a vítimas de tráfico de pessoas.

CAPÍTULO III AÇÕES

Art. 8º Na implementação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, caberá aos órgãos e entidades públicos, no âmbito de suas respectivas competências e condições, desenvolver as seguintes ações:

I - na área de Justiça e Segurança Pública:

a) proporcionar atendimento inicial humanizado às vítimas de tráfico de pessoas que retornam ao País na condição de deportadas ou não admitidas nos aeroportos, portos e pontos de entrada em vias terrestres;

b) elaborar proposta intergovernamental de aperfeiçoamento da legislação brasileira relativa ao enfrentamento do tráfico de pessoas e crimes correlatos;

c) fomentar a cooperação entre os órgãos federais, estaduais e municipais ligados à segurança pública para atuação articulada na prevenção e repressão ao tráfico de pessoas e responsabilização de seus autores;

d) propor e incentivar a adoção do tema de tráfico de pessoas e direitos humanos nos currículos de formação dos profissionais de segurança pública e operadores do Direito, federais, estaduais e municipais, para capacitação, quando do ingresso na instituição e de forma continuada, para o enfrentamento a este tipo de crime;

e) fortalecer as rubricas orçamentárias existentes e criar outras voltadas para a formação dos profissionais de segurança pública e de justiça



na área de enfrentamento ao tráfico de pessoas;

f) incluir nas estruturas específicas de inteligência policial a investigação e repressão ao tráfico de pessoas;

g) criar, nas Superintendências Regionais do Departamento de Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, estruturas específicas para o enfrentamento do tráfico de pessoas e outros crimes contra direitos humanos;

h) promover a aproximação dos profissionais de segurança pública e operadores do Direito com a sociedade civil;

i) celebrar acordos de cooperação com organizações da sociedade civil que atuam na prevenção ao tráfico de pessoas e no atendimento às vítimas;

j) promover e incentivar, de forma permanente, cursos de atualização sobre tráfico de pessoas, para membros e servidores dos órgãos de justiça e segurança pública, preferencialmente por meio de suas instituições de formação;

l) articular os diversos ramos do Ministério Público dos Estados e da União, da Magistratura Estadual e Federal e dos órgãos do sistema de justiça e segurança pública;

m) organizar e integrar os bancos de dados existentes na área de enfrentamento ao tráfico de pessoas e áreas correlatas;

n) celebrar acordos de cooperação técnica com entidades públicas e privadas para subsidiar a atuação judicial e extrajudicial;

o) incluir o tema de tráfico de pessoas nos cursos de combate à lavagem de dinheiro, ao tráfico de drogas e armas e a outros crimes correlatos;

p) desenvolver, em âmbito nacional, mecanismos de prevenção, investigação e repressão ao tráfico de pessoas cometido com o uso da rede mundial de computadores, e conseqüente responsabilização de seus autores; e

q) incluir a possível relação entre o desaparecimento e o tráfico de pessoas em pesquisas e investigações policiais;

II - na área de Relações Exteriores:

a) propor e elaborar instrumentos de cooperação internacional na área do enfrentamento ao tráfico de pessoas;

b) iniciar processos de ratificação dos instrumentos internacionais referentes ao tráfico de pessoas;

c) inserir no Manual de Serviço Consular e Jurídico do Ministério das Relações Exteriores um capítulo específico de assistência consular às vítimas de tráfico de pessoas;

d) incluir o tema de tráfico de pessoas nos cursos de remoção ofere-

cidos aos servidores do Ministério de Relações Exteriores;

e) promover a coordenação das políticas referentes ao enfrentamento ao tráfico de pessoas em fóruns internacionais bilaterais e multilaterais;

f) propor e apoiar projetos de cooperação técnica internacional na área de enfrentamento ao tráfico de pessoas;

g) coordenar e facilitar a participação brasileira em eventos internacionais na área de enfrentamento ao tráfico de pessoas; e

h) fortalecer os serviços consulares na defesa e proteção de vítimas de tráfico de pessoas;

III - na área de Educação:

a) celebrar acordos com instituições de ensino e pesquisa para o desenvolvimento de estudos e pesquisas relacionados ao tráfico de pessoas;

b) incluir a questão do tráfico de pessoas nas ações e resoluções do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação (FNDE/MEC);

c) apoiar a implementação de programas e projetos de prevenção ao tráfico de pessoas nas escolas;

d) incluir e desenvolver o tema do enfrentamento ao tráfico de pessoas nas formações continuadas da comunidade escolar, em especial os trabalhadores da educação;

e) promover programas intersetoriais de educação e prevenção ao tráfico de pessoas para todos os atores envolvidos; e

f) fomentar a educação em direitos humanos com destaque ao enfrentamento ao tráfico de pessoas em todas modalidades de ensino, inclusive no ensino superior;

IV - na área de Saúde:

a) garantir atenção integral para as vítimas de tráfico de pessoas e potencializar os serviços existentes no âmbito do Sistema Único de Saúde;

b) acompanhar e sistematizar as notificações compulsórias relativas ao tráfico de pessoas sobre suspeita ou confirmação de maus-tratos, violência e agravos por causas externas relacionadas ao trabalho;

c) propor a elaboração de protocolos específicos para a padronização do atendimento às vítimas de tráfico de pessoas; e

d) capacitar os profissionais de saúde na área de atendimento às vítimas de tráfico de pessoas;

V - na área de Assistência Social:

a) oferecer assistência integral às vítimas de tráfico de pessoas no



âmbito do Sistema Único de Assistência Social;

b) propiciar o acolhimento de vítimas de tráfico, em articulação com os sistemas de saúde, segurança e justiça;

c) capacitar os operadores da assistência social na área de atendimento às vítimas de tráfico de pessoas; e

d) apoiar a implementação de programas e projetos de atendimento específicos às vítimas de tráfico de pessoas;

VI - na área de Promoção da Igualdade Racial:

a) garantir a inserção da perspectiva da promoção da igualdade racial nas políticas governamentais de enfrentamento ao tráfico de pessoas;

b) apoiar as experiências de promoção da igualdade racial empreendidas por Municípios, Estados e organizações da sociedade civil voltadas à prevenção ao tráfico de pessoas e atendimento às vítimas; e

c) promover a realização de estudos e pesquisas sobre o perfil das vítimas de tráfico de pessoas, com ênfase na população negra e outros segmentos étnicos da população brasileira;

VII - na área do Trabalho e Emprego:

a) orientar os empregadores e entidades sindicais sobre aspectos ligados ao recrutamento e deslocamento de trabalhadores de uma localidade para outra;

b) fiscalizar o recrutamento e o deslocamento de trabalhadores para localidade diversa do Município ou Estado de origem;

c) promover articulação com entidades profissionalizantes visando capacitar e reinserir a vítima no mercado de trabalho; e

d) adotar medidas com vistas a otimizar a fiscalização dos inscritos nos Cadastros de Empregadores que Tenham Mantido Trabalhadores em Condições Análogas a de Escravo;

VIII - na área de Desenvolvimento Agrário:

a) diminuir a vulnerabilidade do trabalhador e prevenir o recrutamento mediante políticas específicas na área de desenvolvimento rural;

b) promover ações articuladas com parceiros que atuam nos Estados de origem dos trabalhadores recrutados;

c) formar parcerias no que tange à assistência técnica para avançar na implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural;

d) excluir da participação em certames licitatórios e restringir o acesso aos recursos do crédito rural a todas as pessoas físicas ou jurídicas que explorem o trabalho forçado ou em condição análoga a de escravo;

e) promover a reinclusão de trabalhadores libertados e de resgate da cidadania, mediante criação de uma linha específica, em parceria com o Ministério da Educação, para alfabetização e formação dos trabalhadores resgatados, de modo que possam atuar como agentes multiplicadores para a erradicação do trabalho forçado ou do trabalho em condição análoga a de escravo; e

f) incentivar os Estados, Municípios e demais parceiros a acolher e prestar apoio específico aos trabalhadores libertados, por meio de capacitação técnica;

IX - na área dos Direitos Humanos:

a) proteger vítimas, réus colaboradores e testemunhas de crimes de tráfico de pessoas;

b) receber denúncias de tráfico de pessoas através do serviço de disque-denúncia nacional, dando o respectivo encaminhamento;

c) incluir ações específicas sobre enfrentamento ao tráfico de pessoas e fortalecer ações existentes no âmbito de programas de prevenção à violência e garantia de direitos;

d) proporcionar proteção aos profissionais que atuam no enfrentamento ao tráfico de pessoas e que, em função de suas atividades, estejam ameaçados ou se encontrem em situação de risco;

e) incluir o tema do tráfico de pessoas nas capacitações dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares;

f) articular ações conjuntas de enfrentamento ao tráfico de crianças e adolescentes em regiões de fronteira;

g) promover, em parceria com os órgãos e entidades diretamente responsáveis, a prevenção ao trabalho escravo, através da sensibilização de operadores de Direito, orientação a produtores rurais acerca dos direitos trabalhistas, educação e capacitação de trabalhadores rurais; e

h) disponibilizar mecanismos de acesso a direitos, incluindo documentos básicos, preferencialmente nos Municípios identificados como focos de aliciamento de mão-de-obra para trabalho escravo;

X - na área da Proteção e Promoção dos Direitos da Mulher:

a) qualificar os profissionais da rede de atendimento à mulher em situação de violência para o atendimento à mulher traficada;

b) incentivar a prestação de serviços de atendimento às mulheres traficadas nos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência;

c) apoiar e incentivar programas e projetos de qualificação profissional, geração de emprego e renda que tenham como beneficiárias diretas mulheres traficadas;



d) fomentar debates sobre questões estruturantes favorecedoras do tráfico de pessoas e relativas à discriminação de gênero;

e) promover ações de articulação intersetoriais visando a inserção da dimensão de gênero nas políticas públicas básicas, assistenciais e especiais;

f) apoiar programas, projetos e ações de educação não-sexista e de promoção da diversidade no ambiente profissional e educacional;

g) participar das capacitações visando garantir a temática de gênero;

e

h) promover, em parceria com organizações governamentais e não-governamentais, debates sobre metodologias de atendimento às mulheres traficadas;

XI - na área do Turismo:

a) incluir o tema do tráfico de pessoas, em especial mulheres, crianças e adolescentes nas capacitações e eventos de formação dirigidos à cadeia produtiva do turismo;

b) cruzar os dados dos diagnósticos feitos nos Municípios para orientar os planos de desenvolvimento turístico local através do programa de regionalização; e

c) promover campanhas de sensibilização contra o turismo sexual como forma de prevenção ao tráfico de pessoas;

XII - na área de Cultura:

a) desenvolver projetos e ações culturais com foco na prevenção ao tráfico de pessoas; e

b) fomentar e estimular atividades culturais, tais como programas regionais de rádio, peças e outros programas veiculados por radiodifusores, que possam aumentar a conscientização da população com relação ao tráfico de pessoas, trabalho escravo e exploração sexual, respeitadas as características regionais.

• PRESENTACIÓN •

LA POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMIENTO A LA TRATA DE PERSONAS

INTRODUCCIÓN

La Política Nacional de Enfrentamiento a la Trata de Personas, aprobada por el Decreto n° 5.948, de 26 de octubre de 2006, llegó para cambiar el nivel de las discusiones sobre el tema en Brasil. Se tornó un marco normativo importante, no sólo en razón de los principios y directrices consagrados, pero también en razón de su rico proceso de construcción.

Con la participación de diversos ministerios, Ministerio Público y representantes de la sociedad civil, la Política Nacional representó un esfuerzo democrático de enfrentar el problema, coordinar las acciones existentes y definir en conjunto las soluciones necesarias y posibles. Por tratarse de asunto interdisciplinario e intersectorial, se accionaron las más diversas áreas como salud, justicia, educación, trabajo, asistencia social, turismo, entre otros, para hacer parte del proceso de elaboración de ese documento.

La trata de personas constituye un desafío de coordinación y articulación no sólo para Brasil, sino para todos los países del mundo. Por eso, queremos compartir el acumulo de nuestras reflexiones y consensos sobre un tema tan complejo con naciones vecinas y con otras distantes de nuestro territorio. De ahí la idea de publicar ese instrumento normativo en tres idiomas: portugués, español e inglés.

1. LA ELABORACIÓN DE LA POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMIENTO A LA TRATA DE PERSONAS

Octubre de 2005: coordinado por el Ministerio de Justicia, por medio de la Secretaría Nacional de Justicia, por la Secretaría Especial de Políticas para las Mujeres y por la Secretaría Especial de los Derechos Humanos, ambas de la Presidencia de la República, se formó un grupo de trabajo en el ámbito del Poder Ejecutivo Federal para elaborar una propuesta inicial de Política Nacional. Para tanto, el punto de partida fue preparar un informe gubernamental de las acciones y de los programas en curso relativos al combate a la trata de personas.

Con base en ese informe y en los instrumentos internacionales y nacionales referentes al tema, se dio inicio a un debate interno, con la participación de diversos ministerios, además del Ministerio Público Federal (MPF) y del Ministerio Público del Trabajo (MPT), con el objetivo de definir las líneas maestras de la intervención del Estado brasileño en esa área.

En seguida, se puso la propuesta en consulta pública, para garantizar la participación de la sociedad civil organizada y recolectar más contribuciones, confiéndole, así, legitimidad a la Política en construcción. En julio de 2006, la propuesta estuvo, entonces, disponible en Internet para comentarios y sugerencias, lo que generó muchos debates, seminarios y audiencias públicas en varios puntos de Brasil. Se recibieron colaboraciones de varias organizaciones no-gubernamentales (ONGs), órganos de los gobiernos estaduais y municipales, así como estudiantes, profesionales y especialistas que actúan directa o indirectamente con el tema.

Ese proceso de participación culminó en la realización del Seminario Nacional “La Política Nacional de Enfrentamiento a la Trata de Personas”, en Brasilia, en junio de 2006, ocasión en que se discutieron y se incorporaron al texto las sugerencias recolectadas en la consulta pública.

Así, como fruto de toda esa construcción, se aprobó la Política Nacional de Enfrentamiento a la Trata de Personas, mediante el Decreto n° 5.948, del 26 de octubre de 2006.

2. ¿QUÉ ES LA POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMIENTO A LA TRATA DE PERSONAS?

La Política Nacional de Enfrentamiento a la Trata de Personas establece un conjunto de directrices, principios y acciones orientadoras de la actuación del Poder Público en el área de enfrentamiento a la trata de personas. El documento está estructurado en tres grandes ejes estratégicos, a saber: 1) prevención; 2) represión a la trata y responsabilización de sus autores; y 3) atención a la víctima.

La primera parte, Capítulo I – Disposiciones Generales, trae el concepto de trata de personas, tal como lo establecido en el “Protocolo Adicional a la Convención de las Naciones Unidas contra la Delincuencia Organizada Transnacional para Prevenir, Reprimir y Sancionar la Trata de Personas, especialmente Mujeres y Niños”. La principal diferencia en relación al Protocolo es que se considera irrelevante el consentimiento de la víctima en toda y cualquier situación en la que se configure el delito (Art. 2°, § 7°). También en ese capítulo, la Política



trae la definición de la trata interna (Art. 2º, § 5º) y trata internacional (Art. 2º, § 6º), demostrando la preocupación en enfrentar las dos vertientes del problema en Brasil.

Los principios y las directrices constan, a su vez, en el Capítulo II – Principios y Directrices. En ese tópico, son relacionados los principios de derechos humanos orientadores de la Política Nacional y aplicables y comunes a todas sus directrices y acciones. La última sección del capítulo, Sección III – Directrices Específicas, trae, a su vez, las directrices referentes a cada uno de los tres ejes estratégicos de la Política: el Art. 5º dispone sobre directrices de prevención a la trata de personas; el Art. 6º, sobre represión a la trata y responsabilización de sus autores y; por fin, el Art. 7º versa sobre las directrices específicas de atención a las víctimas.

La parte final del documento, Capítulo III – Acciones, apunta un conjunto no exhaustivo de acciones, distribuidas por áreas específicas de actuación: Justicia y Seguridad Pública, Relaciones Exteriores, Educación, Salud, Asistencia Social, Promoción de la Igualdad Racial, Trabajo y Empleo, Desarrollo Agrario, Derechos Humanos (especialmente la protección de niños y adolescentes), Protección y Promoción de los Derechos de la Mujer, Turismo y Cultura. Esas acciones están agrupadas, en la medida de lo posible, de acuerdo con las competencias de cada ministerio y contemplan los tres ejes estratégicos de la Política.

3. CONSIDERACIONES

FINALES

Con la aprobación de la Política Nacional, el tema se ha verdaderamente incorporado a la agenda pública del Estado brasileño, involucrando no sólo el área de justicia y seguridad pública, pero también las diversas áreas e instituciones que son afectas a ese tema en sus vertientes de prevención y de atención a las víctimas.

La efectividad de la Política Nacional dependerá de la manera como cada ciudadano, especialmente aquellos con competencia para actuar en ese tema, sea en el gobierno federal, en el Poder Legislativo y Judicial, en el Ministerio Público, sea en el Estado, en el Municipio, en la sociedad civil o en organismos internacionales, se apropiaren de ese documento como un instrumento permanente de promoción de derechos humanos y ciudadanía para todos, no solamente para algunos.

POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMIENTO A LA TRATA DE PERSONAS

CAPÍTULO I DISPOSICIONES GENERALES

Art. 1º La Política Nacional de Enfrentamiento a la Trata de Personas tiene por finalidad establecer principios, directrices y acciones de prevención y represión a la trata de personas y de atención a las víctimas, conforme las normas e instrumentos nacionales e internacionales de derechos humanos y la legislación patria.

Art. 2º Para los efectos de esta Política, se adopta la expresión “trata de personas” conforme el Protocolo Adicional a la Convención de las Naciones Unidas contra la Delincuencia Organizada Transnacional Organizada Relativo a la Prevención, Represión y Punicción de la Trata de Personas, en especial Mujeres y Niños, que la define como la captación, el transporte, el traslado, la acogida o la recepción de personas, recurriendo a la amenaza o al uso de la fuerza u otras formas de coacción, al rapto, al fraude, al engaño, al abuso de poder o de una situación de vulnerabilidad o a la concesión o recepción de pagos o beneficios para obtener el consentimiento de una persona que tenga autoridad sobre otra, con fines de explotación. Esa explotación incluirá, como mínimo, la explotación de la prostitución ajena u otras formas de explotación sexual, los trabajos o servicios forzados, la esclavitud o las prácticas análogas a la esclavitud, la servidumbre o la extracción de órganos.

§ 1º El término “niños” descrito en el caput debe ser entendido como “niño y adolescente”, de acuerdo con la Ley nº 8.069, de 13 de julio de 1990, Estatuto del Niño y del Adolescente.

§ 2º El término “rapto” descrito en el caput de este artículo debe ser entendido como la conducta definida en el Art. 148 del Decreto-Ley nº 2.848, de 7 de diciembre de 1940, Código Penal Brasileño, referente al secuestro y cárcel privado.

§ 3º La expresión “esclavitud o las prácticas similares a la esclavitud”

debe ser entendida como:

I - la conducta definida en el Art. 149 del Decreto-Ley nº 2.848, de 1940, referente a la reducción a la condición análoga a la de esclavo; y

II - la práctica definida en el Art. 1º de la Convención Suplementaria sobre la Abolición de la Esclavitud, la Trata de Esclavos y las Instituciones y Prácticas Análogas a la Esclavitud, como siendo el matrimonio servil.

§ 4º La intermediación, promoción o facilitación de la captación, del transporte, del traslado, de la acogida o de la recepción de personas para fines de exploración también configura la trata de personas.

§ 5º La trata interna de personas es la realizada dentro de un mismo Estado miembro de la Federación, o de un Estado miembro para otro, dentro del territorio nacional.

§ 6º La trata internacional de personas es la realizada entre Estados distintos.

§ 7º El consentimiento dado por la víctima es irrelevante para la configuración de la trata de personas.

CAPÍTULO II PRINCIPIOS Y DIRECTRICES

Sección I *Principios*

Art. 3º Son principios orientadores de la Política Nacional de Enfrentamiento a la Trata de Personas:

I - respeto a la dignidad de la persona humana;

II - no-discriminación por motivo de género, orientación sexual, origen étnico o social, procedencia, nacionalidad, actuación profesional, raza, religión, edad, situación migratoria u otro status;

III - protección y asistencia integral a las víctimas directas e indirectas, independientemente de la nacionalidad y de la colaboración en procesos judiciales;

IV - promoción y garantía de la ciudadanía y de los derechos humanos;

V - respeto a tratados y convenciones internacionales de derechos humanos;

VI - universalidad, indivisibilidad e interdependencia de los derechos humanos; y

VII – la transversalidad de las dimensiones de género, orientación sexual, origen étnico o social, procedencia, raza y edad en las políticas públicas.

Párrafo único. La Política Nacional de Enfrentamiento a la Trata de Personas observará los principios de la protección integral del niño y del adolescente.

Sección II

Directrices Generales

Art. 4º Son directrices generales de la Política Nacional de Enfrentamiento a la Trata de Personas:

I - fortalecimiento del pacto federativo, mediante la actuación conjunta y articulada de todas las esferas de gobierno en la prevención y represión a la trata de personas, así como en la atención y reinserción social de las víctimas;

II - fomento a la cooperación internacional bilateral o multilateral;

III - articulación con organizaciones no-gubernamentales, nacionales e internacionales;

IV - estructuración de red de enfrentamiento a la trata de personas, involucrando todas las esferas de gobierno y organizaciones de la sociedad civil;

V - fortalecimiento de la actuación en las regiones de frontera, en puertos, aeropuertos, carreteras, estaciones de autobuses y ferroviarias, y otras áreas de incidencia;

VII - verificación de la condición de víctima y respectiva protección y atención, en el exterior y en territorio nacional, así como su reinserción social;

VIII - incentivo y realización de investigaciones, considerando las diversidades regionales, organización y compartimiento de datos;

IX - incentivo a la formación y a la capacitación de profesionales para la prevención y represión a la trata de personas, así como para la verificación de la condición de víctima y para la atención y reinserción social de las víctimas;

X - armonización de las legislaciones y procedimientos administrativos en las esferas federal, estadual y municipal relativas al tema;

XI - incentivo a la participación de la sociedad civil en instancias de control social de las políticas públicas en el área de enfrentamiento a



la trata de personas;

XII - incentivo a la participación de los órganos de clase y consejos profesionales en la discusión sobre la trata de personas; y

XIII – garantía de acceso amplio y adecuado a informaciones en diferentes vehículos de prensa y establecimiento de canales de diálogo entre el Estado, la sociedad y los medios de comunicación, referentes al enfrentamiento a la trata de personas.

Sección III *Directrices Específicas*

Art. 5° Son directrices específicas de prevención a la trata de personas:

I - implementación de medidas preventivas en las políticas públicas, de manera integrada e intersectorial, en áreas de salud, educación, trabajo, seguridad, justicia, turismo, asistencia social, desarrollo rural, deportes, comunicación, cultura, derechos humanos, entre otras;

II - apoyo y realización de campañas socio-educativas y de concienciación en los ámbitos internacional, nacional, regional y local, considerando las diferentes realidades y lenguajes;

III - monitoreo y evaluación de campañas con la participación de la sociedad civil;

IV - apoyo a la movilización social y fortalecimiento de la sociedad civil; y

V - fortalecimiento de los proyectos ya existentes y fomento a la creación de nuevos proyectos de prevención a la trata de personas.

Art. 6° Son directrices específicas de represión a la trata de personas y de responsabilización de sus autores:

I - cooperación entre órganos policiales nacionales e internacionales;

II - cooperación jurídica internacional;

III - sigilo de los procedimientos judiciales y administrativos, en los términos de la ley; e

IV - integración con políticas y acciones de represión y responsabilización de los autores de crímenes correlatos.

Art. 7° Son directrices específicas de atención a las víctimas de la trata de personas:

I - protección y asistencia jurídica, social y de salud a las víctimas directas e indirectas de la trata de personas;

II - asistencia consular a las víctimas directas e indirectas de la trata de personas, independientemente de su situación migratoria y ocupación;

III - acogida y abrigo provisional de las víctimas de la trata de personas;

IV - reinserción social con la garantía de acceso a la educación, cultura, formación profesional y al trabajo a las víctimas de la trata de personas;

V - reinserción familiar y comunitaria de niños y adolescentes víctimas de la trata de personas;

VI – atención a las necesidades específicas de las víctimas, con especial atención a cuestiones de género, orientación sexual, origen étnico o social, procedencia, nacionalidad, raza, religión, edad, situación migratoria, actuación profesional u otro status;

VII - protección de la intimidad y de la identidad de las víctimas de la trata de personas; y

VIII - levantamiento, mapeo, actualización y divulgación de informaciones sobre instituciones gubernamentales y no-gubernamentales ubicadas en Brasil y en el exterior que prestan asistencia a víctimas de la trata de personas.

CAPÍTULO III ACCIONES

Art. 8º En la implantación de la Política Nacional de Enfrentamiento a la Trata de Personas, cabrá a los órganos y entidades públicos, en el ámbito de sus respectivas competencias y condiciones, desarrollar las siguientes acciones:

I – en el área de Justicia y Seguridad Pública:

a) proporcionar atención inicial humanizada a las víctimas de la trata de personas que regresan al País en la condición de deportadas o no admitidas en los aeropuertos, puertos y puntos de entrada en vías terrestres;

b) elaborar propuesta intergubernamental de perfeccionamiento de la legislación brasileña relativa al enfrentamiento a la trata de personas y crímenes correlatos;

c) fomentar la cooperación entre los órganos federales, estaduais y municipales vinculados a la seguridad pública para la actuación articulada en la prevención y represión a la trata de personas y responsabilización de sus autores;

d) proponer e incentivar la adopción del tema de la trata de personas



y derechos humanos en los currículos de formación de los profesionales de seguridad pública y operadores del Derecho, federales, estatales y municipales, para capacitación, cuando del ingreso en la institución y de forma continuada, para el enfrentamiento a este tipo de crimen;

e) fortalecer las rúbricas presupuestarias existentes y crear otras dirigidas para la formación de los profesionales de seguridad pública y de justicia en el área de enfrentamiento a la trata de personas;

f) incluir en las estructuras específicas de inteligencia policial la investigación y represión a la trata de personas;

g) crear, en las Superintendencias Regionales del Departamento de Policía Federal y de la Policía Federal de Carreteras, estructuras específicas para el enfrentamiento a la trata de personas y otros crímenes contra derechos humanos;

h) promover la aproximación de los profesionales de seguridad pública y operadores del Derecho con la sociedad civil;

i) celebrar acuerdos de cooperación con organizaciones de la sociedad civil que actúan en la prevención a la trata de personas y en la atención a las víctimas;

j) promover e incentivar, de forma permanente, cursos de actualización sobre la trata de personas, para miembros y servidores de los órganos de justicia y seguridad pública, de preferencia por medio de sus instituciones de formación;

l) articular los diversos ramos del Ministerio Público de los Estados y de la Unión, de la Magistratura Estatal y Federal y de los órganos del sistema de justicia y seguridad pública;

m) organizar e integrar las bases de datos existentes en el área de enfrentamiento a la trata de personas y áreas correlatas;

n) celebrar acuerdos de cooperación técnica con entidades públicas y privadas para subsidiar la actuación judicial y extrajudicial;

o) incluir el tema de la trata de personas en los cursos de combate al lavado de dinero, al tráfico de drogas y armas y a otros crímenes correlatos;

p) desarrollar, en ámbito nacional, mecanismos de prevención, investigación y represión a la trata de personas cometido con el uso de la red mundial de computadores, y consecuente responsabilización de sus autores; e

q) incluir la posible relación entre el desaparecimiento y la trata de personas en investigaciones policiales;

II – en el área de Relaciones Exteriores:

a) proponer y elaborar instrumentos de cooperación internacional en el área del enfrentamiento a la trata de personas;

b) iniciar procesos de ratificación de los instrumentos internacionales referentes a la trata de personas;

c) inserir en el Manual de Servicio Consular y Jurídico del Ministerio de las Relaciones Exteriores un capítulo específico de asistencia consular a las víctimas de la trata de personas;

d) incluir el tema de la trata de personas en los cursos de remoción ofrecidos a los servidores del Ministerio de Relaciones Exteriores;

e) promover la coordinación de las políticas referentes al enfrentamiento a la trata de personas en foros internacionales bilaterales y multilaterales;

f) proponer y apoyar proyectos de cooperación técnica internacional en el área de enfrentamiento a la trata de personas;

g) coordinar y facilitar la participación brasileña en eventos internacionales en el área de enfrentamiento a la trata de personas; y

h) fortalecer los servicios consulares en la defensa y protección de las víctimas de la trata de personas;

III – en el área de Educación:

a) celebrar acuerdos con instituciones de enseñanza y investigación para el desarrollo de estudios y investigaciones relacionados a la trata de personas;

b) incluir la cuestión de la trata de personas en las acciones y resoluciones del Fondo Nacional de Desarrollo de la Educación del Ministerio de la Educación (FNDE/MEC);

c) apoyar la implantación de programas y proyectos de prevención a la trata de personas en las escuelas;

d) incluir y desarrollar el tema del enfrentamiento a la trata de personas en las formaciones continuadas de la comunidad escolar, en especial los trabajadores de la educación;

e) promover programas intersectoriales de educación y prevención a la trata de personas para todos los actores involucrados; y

f) fomentar la educación en derechos humanos con destaque al enfrentamiento a la trata de personas en todas las modalidades de enseñanza, incluso en la enseñanza superior;

IV – en el área de Salud:

a) garantizar atención integral para las víctimas de la trata de personas e impulsar los servicios existentes en el ámbito del Sistema Único de Salud;

b) acompañar y sistematizar las notificaciones compulsorias relativas a la trata de personas sobre sospecha o confirmación de malos-tratos, violencia y agravios por causas externas relacionadas al trabajo;

c) proponer la elaboración de protocolos específicos para la estanda-



rización de la atención a las víctimas de la trata de personas; y
d) capacitar los profesionales de salud en el área de atención a las víctimas de la trata de personas;

V – en el área de Asistencia Social:

a) ofrecer asistencia integral a las víctimas de la trata de personas en el ámbito del Sistema Único de Asistencia Social;

b) propiciar la acogida de víctimas de la trata, en articulación con los sistemas de salud, seguridad y justicia;

c) capacitar los operadores de la asistencia social en el área de atención a las víctimas de la trata de personas; y

d) apoyar la implantación de programas y proyectos de atención específicos a las víctimas de la trata de personas;

VI – en el área de Promoción de la Igualdad Racial:

a) garantizar la inserción de la perspectiva de la promoción de la igualdad racial en las políticas gubernamentales de enfrentamiento a la trata de personas;

b) apoyar las experiencias de promoción de la igualdad racial emprendidas por Municipios, Estados y organizaciones de la sociedad civil dirigidas a la prevención a la trata de personas y atención a las víctimas; y

c) promover la realización de estudios e investigaciones sobre el perfil de las víctimas de la trata de personas, con énfasis en la población negra y otros segmentos étnicos de la población brasileña;

VII – en el área del Trabajo y Empleo:

a) orientar a los empleadores y entidades sindicales sobre aspectos vinculados a la captación y desplazamiento de trabajadores de una localidad para otra;

b) fiscalizar la captación y el desplazamiento de trabajadores para localidad diversa del Municipio o Estado de origen;

c) promover la articulación con entidades que trabajan con la profesionalización objetivando capacitar y reinserir la víctima en el mercado de trabajo; y

d) adoptar medidas con vistas a optimizar la fiscalización de los inscritos en los Catastros de Empleadores que Hayan Mantenido Trabajadores en Condiciones Análogas a de Esclavo;

VIII – en el área de Desarrollo Agrario:

a) disminuir la vulnerabilidad del trabajador y prevenir la captación mediante políticas específicas en el área del desarrollo agrario;

b) promover acciones articuladas con aparceros que actúan en los Estados de origen de los trabajadores reclutados;

c) formar aparcerías en lo que se refiere a la asistencia técnica para

avanzar en la implantación de la Política Nacional de Asistencia Técnica y Extensión Rural;

d) excluir de la participación en certámenes licitatorios y restringir el acceso a los recursos del crédito rural a todas las personas físicas o jurídicas que exploten el trabajo forzado o en condición análoga a de esclavo;

e) promover la reinclusión de trabajadores libertados y de rescate de la ciudadanía, mediante la creación de una línea específica, en conjunto con el Ministerio de la Educación, para la alfabetización y formación de los trabajadores rescatados, de modo que puedan actuar como agentes multiplicadores para la erradicación del trabajo forzado o del trabajo en condición análoga a de esclavo; e

f) incentivar los Estados, Municipios y demás aparceros a acoger y prestar apoyo específico a los trabajadores libertados, por medio de capacitación técnica;

IX – en el área de los Derechos Humanos:

a) proteger víctimas, reos colaboradores y testigos de crímenes de la trata de personas;

b) recibir denuncias de trata de personas por medio del servicio de disk-denuncia nacional, dando el respectivo encaminamiento;

c) incluir acciones específicas sobre enfrentamiento a la trata de personas y fortalecer acciones existentes en el ámbito de programas de prevención a la violencia y garantía de derechos;

d) proporcionar protección a los profesionales que actúan en el enfrentamiento a la trata de personas y que, en función de sus actividades, estén amenazados o se encuentren en situación de riesgo;

e) incluir el tema de la trata de personas en las capacitaciones de los Consejos de Derechos del Niño y del Adolescente y Consejos Tutelares;

f) articular acciones conjuntas de enfrentamiento a la trata de niños y adolescentes en regiones de frontera;

g) promover, en conjunto con los órganos y entidades directamente responsables, la prevención al trabajo esclavo, por medio de la sensibilización de operadores de Derecho, orientación a productores rurales sobre los derechos laborales, educación y capacitación de trabajadores rurales; y

h) poner a la disposición mecanismos de acceso a derechos, incluyendo documentos básicos, de preferencia en los Municipios identificados como focos de atracción de mano-de-obra para trabajo esclavo;

X – en el área de la Protección y Promoción de los Derechos de la Mujer:



- a) calificar los profesionales de la red de atención a la mujer en situación de violencia para la atención a la mujer traficada;
- b) incentivar la prestación de servicios de atención a las mujeres traficadas en los Centros de Referencia de Atención a la Mujer en Situación de Violencia;
- c) apoyar e incentivar programas y proyectos de calificación profesional, generación de empleo y renta que tengan como beneficiarias directas mujeres traficadas;
- d) fomentar debates sobre cuestiones estructurantes favorecedoras de la trata de personas y relativas a la discriminación de género;
- e) promover acciones de articulación intersectoriales objetivando la inserción de la dimensión de género en las políticas públicas básicas, asistenciales y especiales;
- f) apoyar programas, proyectos y acciones de educación no-sexista y de promoción de la diversidad en el ambiente profesional y educacional;
- g) participar de las capacitaciones objetivando garantizar la temática de género; y
- h) promover, en conjunto con organizaciones gubernamentales y no-gubernamentales, debates sobre metodologías de atención a las mujeres traficadas;

XI – en el área del Turismo:

- a) incluir el tema de la trata de personas, en especial mujeres, niños y adolescentes en las capacitaciones y eventos de formación dirigidos a la cadena productiva del turismo;
- b) cruzar los datos de los diagnósticos hechos en los Municipios para orientar los planes de desarrollo turístico local por medio de programa de regionalización; y
- c) promover campañas de sensibilización contra el turismo sexual como forma de prevención a la trata de personas;

XII – en el área de la Cultura:

- a) desarrollar proyectos y acciones culturales con foco en la prevención a la trata de personas; y
- b) fomentar y estimular actividades culturales, tales como programas regionales de radio, piezas y otros programas vehiculados por radiodifusores, que puedan aumentar la concienciación de la población con relación a la trata de personas, trabajo esclavo y exploración sexual, respetadas las características regionales.

**Ministério da Justiça
Secretaria Nacional de Justiça**

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ministério da Justiça,
3º andar, sala 318, Brasília, DF, CEP: 70064-900

Telefone: (61) 3429.9358 • 3429.3102 • 3429.9333

www.mj.gov.br